

**A prática em contexto: análise do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)  
subprograma UnB/Letras**

Larissa Fernandes F. Nogueira<sup>1</sup>

Paula Pereira Rodrigues<sup>2</sup>

**Resumo:** O PIBID/Letras é uma iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes, destinado aos estudantes de Licenciatura de universidades federais. O programa busca o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores de Línguas para a educação básica, antecipando a inserção desses professores em formação na rede pública de ensino, para que, busquem a superação de problemas e a melhoria da ensino. Nesse trabalho, analisamos o Programa 2014/2015 a partir da implementação das ações propostas em duas escolas do Distrito Federal. Avaliamos a execução dessas ações relacionando-as às prerrogativas do Edital e as diferentes necessidades dessas comunidades escolares, por entendemos que as realidades sociais as quais ambas as instituições estão inseridas modificam as relações sociais, as atividades materiais, as atividades discursivas e os fenômenos mentais, e, concorrem para a apropriação linguística.

**Palavras-chave:** Educação, Graduação, Docente, Sociedade, Linguagem.

**Abstract:** The PIBID at the Letters course is an initiative from the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES (Higher Education Staff Improvement Coordination), destined to students from teaching courses at Brazilian federal universities. The program aims to improve and acknowledge the development of language teachers for both Primary and High Schools, antedating their insertion with in the State System of Education, so that they will be able to overcome drawbacks regarding teaching, as well as will aim at teaching improvement. In this work we will analyze the 2014/2015 program from the implementation of proposed actions within two schools from the Federal District of Brazil. We assessed the execution of those actions relating them to the main edict prerogatives as well as the school community needs, for understanding that the current social conditions which both institutions are inserted modify the social relations, the material activities, the discursive activities and mental phenomena, and also contribute to language appropriation.

**Keywords:** Education, Letters; Course, Teaching, Society, Language.

---

<sup>1</sup>Graduanda de Licenciatura em Letras Português como Segunda Língua pela Universidade de Brasília (UnB). Aluno-pesquisadora do grupo O PIBID-UnB nas aulas de Português: Divisor de Águas e Formador de Marés na (Trans) Formação Inicial/Contínua de Professores de Línguas. Bolsista da Capes.

<sup>2</sup>Graduanda de Licenciatura em Letras Português como Segunda Língua pela Universidade de Brasília (UnB). Aluno-pesquisadora do grupo O PIBID-UnB nas aulas de Português: Divisor de Águas e Formador de Marés na (Trans) Formação Inicial/Contínua de Professores de Línguas.

## METODOLOGIA

Utilizaremos o método comparativo-somativodo (i) desempenho das ações implementadas pela última instancia do programa (a escola) e o (ii) conjunto de metas escalonadas pelo documentos que regem o programa.

## JUSTIFICATIVA

Justifica-se pela necessidade de alargar políticas públicas em Educação no Brasil; entendemos que a *avaliação* é um instrumento de aperfeiçoamento da gestão do Estado em busca de efetividade e eficácia (BELLONI; FARIA). Mais importante que criar novos programas é avaliar aqueles que já estão em vigor.

## OBJETIVO

Avaliar as ações propostas pelo Subgrupo de Letras/UnB quanto ao atendimento às exigências, prerrogativas e objetivos do Edital 2014/2015 da Capes para recrutamento de propostas a ser implementadas nesses mesmos anos; avaliando a eficácia do programa.

## INTRODUÇÃO

Devido à instalação da República no Brasil no ano de 1930 - Era Vargas - o país se encontra na reconstrução do seu desenvolvimento político, econômico e social, mostrando ser necessário o fomento de ideias que primam a educação como sendo de fundamental importância para sanar o desequilíbrio do bem estar social decorrente da revolução de 1930 que resulta na promulgação da Constituição Federal de 1934. Ideias são geradas por grupos da sociedade formados por educadores

e pela elite intelectual brasileira da época, o grupo lança um manifesto intitulado de “Manifesto dos Pioneiros da Educação” resultando desse manifesto a inclusão do artigo 150 da Constituição Federal de 1934 que declara ser de competência da União “fixar o Plano Nacional de Educação”.

O primeiro Plano Nacional de Educação (PNE) surgiu em 1962 elaborado com base na vigência da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 4.024 de 1961, o PNE se constituía em um conjunto de metas quantitativas e qualitativas a serem alcançadas em oito anos. Na medida em que o plano avança se desenvolvem ações descentralizadoras e estimuladoras na elaboração de meios para viabilizar a instrução ao trabalho e a alfabetização acima de dez anos. O PNE é aprovado e instituído como projeto de Lei nº 4.173 de 1998 contemplando dimensões e problemas sociais, tendo por eixos norteadores a Constituição Federal de 1988, o Plano Decenal de Educação para Todos - UNESCO de 1993, a Ementa Constitucional de 1995, a LDB de 1996, o Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED- e a União Nacional dos Dirigentes Municipais - UNDIME.

A Lei nº 9.394 de 1996 -LDB - “estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional” e institui a “Década da Educação” a partir de 1997, estabelece ainda que a União envie o PNE ao Congresso Nacional com diretrizes e metas para os dez anos posteriores a contar de 1997 em concordância com as necessidades expostas pelos entes federativos e suas instituições de ensino, partindo de resultados dos indicadores nacionais fomentando ações para todos os níveis da

educação brasileira. No decorrer desse artigo teremos como foco um dos programas de ação para o alcance de algumas das metas do PNE, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência<sup>3</sup> é uma ação do PNE junto as Instituições de Ensino Superior (IES) que busca fomentar e incentivar uma nova prática na formação docente, no intento de alcançar algumas das metas para o Decênio 2011-2020, que consta da diminuição da evasão dos graduandos dos cursos de Licenciatura e a formação continuada do professor, trazendo de volta antigos diagnósticos, porém com novas perspectivas, as aproximações em sala de aula nas escolas públicas do ensino fundamental e médio entre estudantes das diferentes áreas da Licenciatura e professores já em exercício proporcionam a troca de experiências enriquecendo o ensino/aprendizagem de toda a comunidade escolar. A institucionalização de bolsas infere em uma melhor qualidade de vida para os atores envolvidos no programa.

A Política Pública é uma ação governamental que visa objetivos específicos e explicitamente colocados, seja em formato de decreto, lei, ordenança ou outro, definindo-se por um quadro normativo de ações. Trata-se de um fenômeno social e político específico, empiricamente fundado e socialmente construído (THOENIG). Por se tratar de uma construção social, torna-se também um constructo de pesquisa, o “objeto”. O

PIBID é uma política pública decorrente de um conjunto de ações governamentais que visam a resolver situações-problemas da coletividade.

Respaldados pela abordagem sequencial da política pública, que a compreende como uma sucessão de eventos (colocação do problema na agenda política → produção de soluções → decisão → implementação → avaliação) entendemos que o campo de pesquisa sobre o PIBID deveria atender a continuidade do seu percurso como política pública, em que nesse exato estágio, necessita avaliação — “Avaliar é julgar o mérito ou valor de alguma coisa” (SCRIVEN;1967).

Desse modo, determinamos padrões de julgamento absolutos, fizemos a coleta de informações relevantes à pesquisa e aplicamos os padrões para determinar valor a eficácia do Programa (WORTHEN; et all.).

## SEÇÃO 1

### 1.1. DIAGNÓSTICO - EDUCAÇÃO SUPERIOR

Por meio dos resultados das análises dos indicadores nacionais oficiais — o Índice de Desenvolvimento Educacional Brasileiro (IDEB) e os indicadores oficiais auxiliares integrados por universidades, institutos, fundações e organizações da sociedade civil — o Ministério da Educação (MEC) pôde vislumbrar a crescente degradação do magistério ao longo dos anos na sociedade brasileira, de cunho moral e/ou material, como consta nos relatórios das análises dos indicadores.

Os resultados das análises apontam que a desmotivação dos professores e a evasão dos

---

<sup>3</sup> Doravante PIBID.

licenciandos dos cursos de graduação se deve a falta de valorização do profissional da educação, aos baixos salários, a falta de futuras perspectivas de crescimento na carreira e a desatualização da formação docente, a intensa jornada de trabalho dos professores e as condições precárias de trabalho nas escolas; tais motivos clamam urgência em receber atenção, são aspectos que vem desmotivando vários dos atores envolvidos no processo ensino/aprendizagem, inclusive aos licenciandos, quando adentram as escolas públicas brasileiras para suas experiências iniciais, abandonando a carreira antes mesmo de iniciá-la. São números que expõem a necessidade de planos que freiem a diminuição da evasão das licenciaturas e a ressignificação do professor como prioridade do PNE para o Decênio Educacional 2011-2020.

### 1.2. OBJETIVO

O PIBID intenciona alcançar a valorização do magistério se valendo da disponibilidade de bolsas custeadas pela União como atrativo à entrada nas escolas Públicas; a materialização de ações que levem o *aluno de graduação* para as salas de aula em diferentes contextos de projetos e pesquisas, possibilita a esses futuros professores o vislumbre da atual realidade na educação brasileira como sendo um momento de mudança e conquista profissional. Busca incentivar a conclusão da Licenciatura do *pidiano* com a possibilidade de criação de intervenções de ensino/aprendizagem nas escolas de educação básica.

Concomitante com o graduando, a atuação do *professor supervisor* em contexto de sala de aula

viabiliza a formação continuada por meio da interdisciplinaridade academia/escola, possibilita ressignificação sua prática docente e à percepção de novos campos metodológicos e tecnológicos inerente da atualidade acadêmica trazidos pelo *pidiano*, devolvendo ao docente a motivação necessária para o exercício pleno do seu ofício de mestre; o pagamento da bolsa institucional a esse professor objetiva que ele não tenha necessidade de lecionar em diferentes escolas para complementação de renda, sendo reconhecido seu esforço pela União e agregando valoração à profissão de educador.

O *professor coordenador* de área percebe bolsa e incentivo institucional que objetiva o gerenciamento das ações propostas pelo programa, avaliando e programando as ideias que emergem na co-formação dos futuros docentes; busca elevar a qualidade dos cursos de licenciatura através de iniciativas acadêmicas que valorizem o magistério e barrem a crescente degradação da profissão.

### 1.3. PRODUZ SOLUÇÕES

Por meio da abertura de Edital o PIBID intenciona, classifica, avalia e defini as escolas nos níveis educacionais apontados pelos indicadores nacionais, com referência às áreas de maior carência social e educacional, dessa maneira efetiva a atuação do programa nessas regiões. Cabe às instituições de ensino participantes (Universidades) fazer um apontamento inicial, através de sua proposta inscrita no edital, a ser avaliada e confrontada pela Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do

Nível Superior (Capes) com os índices apontados por indicadores nacionais auxiliares e oficiais.

Com a aprovação no edital das instituições educacionais que concorreram, os professores supervisores e os professores coordenadores de área recebem bolsas e apoio institucional, motivando o surgimento e implementação de novas ideias em âmbito acadêmico; os pibidianos recebem além das bolsas, apoio institucional para custear pesquisas e projetos nas áreas de sua atuação. O pibidiano é imerso no exercício de sua futura profissão, enriquecendo sua formação e o motivando a dar continuidade a sua licenciatura, adquire conhecimento empírico necessário para sua escalada profissional, diminuindo a já citada evasão.

## SEÇÃO 2

### 2.1. CAMINHADA DA POLÍTICA PÚBLICA DO PIBID.

Para a materialização dessa Política Educacional se fez necessário sancionar decretos de lei que determinem órgãos e delimite funções na aplicabilidade dos parâmetros instituídos nas publicações dos editais. A definição de órgãos e estratégias por meio de decretos que possibilitam a institucionalização do programa lançado em 2007 fundamenta em lei sua conquista.

A Lei 12.796 de 4 de abril de 2013, sancionada pela Presidente da República - Altera a Lei no 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação para incluir, entre outras questões, no Art. 62, §4 e §5

A citada Lei discorre que a União e os entes federativos deverão prover ações para facilitar o

acesso e a graduação docente, direcionando o PIBID como uma dessas principais ações. O Decreto nº 7.692 de 02 de março de 2012 apresenta a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) como o órgão que subsidiará o Ministério da Educação e Cultura (MEC) quanto as políticas públicas e metas de ações; fica também responsável por receber, avaliar e apoiar os projetos submetidos pelas Instituições de Ensino Superior (IES) que busquem o apoio no âmbito do PIBID. Por meio de nomeação da Capes e da comissão dos agentes para o exercício das funções, todos os objetivos voltam-se para o desenvolvimento tecnológico, financeiro e social do país.

No âmbito do provimento das ações de pesquisa, fomento de novas ideias, apoio logístico e a cobertura em nível nacional da interação entre as IES de diferentes regiões do país instituí-se o Decreto n 6.755, de 2009 que objetiva: Art.8 "necessidades de formação continuada de profissionais do magistério", Art.10 "A CAPES incentivará a formação de profissionais do magistério (...) mediante fomento a programas de iniciação á docência", Art.11 "atendimento a formação no campo, dos povos indígenas e de comunidades remanescentes de quilombos" dando o suporte necessário aos programas do plano de ações citadas.

O PIBID escala de 2007 à 2013 lançando um Edital para inscrição de projetos a cada 2 (dois) anos e a cada semestre 1 (um) para complementação do número de bolsas; as atividades relativas ao primeiro edital foram concretizadas apenas dois anos depois de sua publicação: em dezembro de

2009 concedeu o total de 3.088 bolsas institucionais, já em 2012 foram concedidas 49.321 bolsas. Tais bolsas são distribuídas da seguinte forma: iniciação á docência 30 horas (pibidianos), R\$ 400,00; coordenador institucional (IES) R\$ 1.500,00; coordenador de área (IES) R\$ 1.400,00; e professor supervisor (IE) R\$ 765,00.

## 2.2. O QUE TORNA O PIBID UMA AÇÃO.

O programa inicialmente contemplava os cursos de licenciatura nas áreas de Física, Química, Biologia e Matemática, onde o diagnóstico da evasão de licenciandos era mais significativa, o grande sucesso no intento do programa possibilitou a extensão para os demais cursos de licenciatura que fazem parte do currículo nas escolas de educação básica em todo o país. A partir de 2009, o programa se estendeu incluindo Educação de Jovens e Adultos (EJA), indígenas, educação no campo e educação quilombola.

A partir de 2009 os indicadores nacionais oficiais e auxiliares reconhecem resultados positivos do programa para a comunidade escolar e para os participantes, possibilitando a diminuição da evasão escolar, aumento de aprovação e frequência dos estudantes nas escolas onde o programa atua, melhora na motivação dos professores envolvidos com o programa e a ampliação do fomento à formação continuada; esses resultados levam o PIBID a visibilidade como uma ação do PNE.

O PIBID passa a ser parte da política pública sancionada em Lei Federal. Nos Editais de 2013 sua abrangência apresentou maior ainda representatividade, além da aprovação de

projetos já existentes, foram inseridos ao PIBID o apoio a novos subprojetos /áreas e a participação de bolsistas do ProUni<sup>4</sup>, abarcando os cerca de 70% dos professores em exercício formados por IES privadas. As bolsas concedidas no 2º Edital de 2013 somam total de 90.254, das quais 2.997 são subprojetos, distribuídas em 855 Campus Universitários pelo Brasil. Em concordância com os dados do Relatório de Gestão da Capes o PIBID está inserido em 146 IES participantes do Programa distribuídas por todo o país, sendo o Nordeste a região com maior número de implementação (39 das 146 IES da região).

## 2.3. O SUBPROGRAMA PIBID UNB/LETRAS

Abrimos vista nesse trabalho à atuação do Subprograma da Licenciatura em Letras da Universidade de Brasília (Região Centro-Oeste do Brasil), que se propõe a alcançar maior qualidade na formação dos atores empreiteiros da nova caminhada que se constitui, envolta em um clima de renovação e novas conquistas da comunidade escolar, civil e acadêmica ali envolvidas; o coordenador torna-se o *técnico* que media esse instigante jogo de bolsistas/comunidade/academia.

O PIBID 2013 Unb/ Letras - Português oferece: 6 bolsas para atuar no Centro de Ensino Médio 01, São Sebastião; 5 bolsas para atuar no CEMAB, Taguatinga; 5 bolsas para atuar no Centro de Ensino Fundamental 306, Recanto das Emas; e 5

---

<sup>4</sup> Programa governamental de auxílio à inserção no Ensino Superior na rede privada, sendo custeada uma parte pelo governo e outra pelo bolsista.

bolsas para atuar no Centro de Ensino Médio Paulo Freire, Asa Norte; de modalidade presencial, total de 21 bolsas de Iniciação à Docência, 4 bolsas de Supervisão e 2 bolsas de Coordenação de Área, atuando nos níveis de ensino fundamental e ensino médio da educação regular.

As “jogadas” são introduzidas com a apresentação do Subprojeto à Direção da escola e a integração do docente que atuará como professor supervisor; a apresentação do licenciando à comunidade escolar é realizada com o objetivo de que estejam todos em um gramado compartilhado com propriedade e legitimação das novas reflexões a que se propõem.

A seleção desse “time” se faz da seguinte forma: os bolsistas inscrito por meio de Edital amplamente divulgado, é entrevistado pelo coordenador de área e tem seu Histórico Escolar e Carta de Intenções analisados; quanto à seleção do professor supervisor é feita pelo professor coordenador que analise do Currículo profissional desse Educador bem como de sua disposição para a coparticipação na formação do PIBID e sua intenção em ressignificar sua profissão no exercício de “aprender a aprender”. A partir de então os bolsistas egressos são submetidos a cadastro e ao banco de dados do programa. Com as relações estabelecidas e as posições determinadas em campo, a equipe PIBID/comunidade escolar/academia reúne esforços para maior intento na formação de práticas pedagógicas que buscam sanar as carências em relevo daquela comunidade escolar usando a interdisciplinaridade como principal técnica para de integração da nova equipe.

Os bolsistas são direcionados para a produção escrita de textos, resumos e relatórios, objetivando desenvolver projetos individuais e em grupos no ambiente virtual (Blog). O diálogo entre as equipes das diferentes escolas busca a formação e concretização de ideias coletivas na “reflexão crítica sobre a prática”, enfatizando a necessidade do aperfeiçoamento da habilidade escrita na produção de seus relatórios e que versam sobre a atuação do subprograma, e a competência oral na apresentação das ações em âmbito acadêmico e/ou escolar.

A socialização dos resultados dos projetos dar-se-á além da apresentação no Seminário Institucional de Iniciação à Docência, a produção e divulgação de artigos e eventos acadêmicos que tenham como lotus diversos encadeamentos do Programa.

O Subprograma se desenvolve por meio de um desencadeamento de ações; a primeira ação visa ampliar o campo de atuação da educação nas diferentes esferas físicas da escola, podendo atuar em “salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliers e secretarias”; a segunda é um projeto pedagógico que tem como ferramenta o uso da língua portuguesa em seus mais diversos universos, o projeto consta das características individuais de cada uma das escolas envolvidas no programa.

A terceira ação é a produção de portfólio ou outra ferramenta que possibilite o monitoramento e avaliação do desempenho do estudante incitando-o ao hábito e aprendizagem das formas de pesquisa no desenvolvimento de ações que culminem em trabalhos coletivos com a finalidade

de trazer ferramentas para a melhoria da qualidade no processo ensino-aprendizagem; a quarta ação define iniciativas que antevêm e materializam a construção do conhecimento em ambientes além dos muros da escola, como visita à UnB e a outros espaços culturais, científicos e tecnológicos. A quinta ação volta-se para a produção de espaços de interação virtual como a criação de blogs e salas de aulas virtuais trazendo o olhar do estudante para o uso educacional de ferramentas tecnológicas e de redes sociais.

A sexta ação intenciona maior intimidade do time no momento da formação de ideias que norteiam os trabalhos pedagógicos, como o planejamento do projeto pedagógico e participação nas reuniões pedagógicas, produzindo a partir daí um relatório de grupo; a sétima ação propõe a realização de um seminário bimestral para fazer a análise crítica dos processos ensino-aprendizagem desenvolvidos nas escolas.

A oitava ação se aprofunda no âmbito do estudo de caso com bases teóricas contemporâneas educacionais, vinculando teoria e prática; a nona traz a reflexão de ações efetuadas no ambiente escolar através da visualização da proposta curricular que infere do Projeto Pedagógico, busca a reflexão sobre a ação reproduzida em sala de aula, compara com base nos parâmetros produzidos na proposta e a execução. A décima ação infere na interdisciplinaridade entre linguagem e arte visual, projetando filmes de cunho educacional com integrantes sociais, psicológicos, éticos e várias outras abordagens identificadas ao longo do processo ensino-aprendizagem que fomentem debates e discussões

levando para além da sala de aula a internalização dos conteúdos e a valoração da reflexão sobre Língua e Sociedade.

### SEÇÃO 3

Entende-se *Política Pública* inicialmente como um “conjunto de medidas concretas que constituem a substância ‘visível’ da política” (SUREL; MULLER, 2002, p. 14). A política social, um dos gêneros da política pública, é definida por medidas que concretizam os direitos sociais promovendo a ampliação da cidadania humana.

Sendo assim, embora o PIBID seja regulado e provido pelo Estado, deve também ser controlado e avaliado pela população, pois engloba demandas, escolhas e decisões do âmbito coletivo. Compete também à comunidade escolar a investigação da aplicabilidade do programa, em busca de institucionalidade legal e integridade da política, de forma que faça jus as características de *universalidade* e *totalidade*.

A Portaria n 096, de 18 de julho de 2013, assinada pelo Presidente da Capes, Jorge Almeida Guimarães, regulamentou o programa a partir da data de publicação, considerando a necessidade de aperfeiçoar e atualizar as normas relacionadas ao PIBID. Esse documento vigora e regula a legalidade do programa 2014/2015.<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup> Por motivo da extensão do documento aqui analisado, vimos a necessidade de apenas destacar pontos relevantes a compreensão do leitor. Tal Portaria está disponível no endereço [www.capes.gov.br](http://www.capes.gov.br).



As sessões que tratam Da Definição e Dos Objetivos, qualificam o programa como um fomentador da iniciação a docência e contribuinte do aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior, busca a melhoria da qualidade da educação básica pública brasileira por meio da concessão de bolsas aos integrantes do projeto e o repasse de recursos financeiros para custear suas atividades. Pretende elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica, inserindo os licenciandos no cotidiano das escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem, refletindo sobre instrumentos, saberes e peculiaridades do trabalho docente.

A demais, fica regulamentado que são atribuições da Capes realizar chamada pública para seleção de novos projetos, assim como elaborar diretrizes, atos normativos e orientações relacionadas ao funcionamento do programa, publicá-los e divulgá-los aos interessados; transferir os recursos financeiros destinados à execução dos projetos aprovados; acompanhar, fiscalizar e avaliar a execução desses; promover, junto às instituições participantes, avaliações e correções da implementação das ações visando garantir a qualidade do programa.

Os projetos apoiados no âmbito do Pibid são propostos por instituições de ensino superior (IES), desenvolvidos por grupos de licenciandos sob

supervisão de professores de educação básica e orientação de professores das IES. Tais IES poderão possuir apenas um projeto em andamento, o qual deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, como: estudo do contexto educacional nos mais diversos espaços da escola, bem como o planejamento de execução de atividades nesses espaços; ações que valorizem o trabalho coletivo e interdisciplinar em direção à autonomia do licenciando; busca por embasamento teórico à sua prática; desenvolvimento, testagem, execução e avaliação de estratégias didático-pedagógicas e instrumentos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos didáticos; desenvolvimento de ações que estimulem a inovação, a ética profissional, a criatividade, a inventividade e a interação dos pares.

O artigo sétimo, em questão, condensa a necessidade de um modelo educativo em contemple as máximas necessárias à educação humana na contemporaneidade:

I - a inserção dos estudantes de licenciatura nas escolas da rede pública de ensino, espaço privilegiado da práxis docente;

II - o contexto educacional da região onde será desenvolvido;

III - atividades de socialização dos impactos e resultados;

IV - aspectos relacionados à ampliação e ao aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa e à capacidade comunicativa, oral e escrita, como elementos centrais da formação dos professores;

V - questões socioambientais, éticas e a diversidade como princípios de equidade social,

que devem perpassar transversalmente todos os subprojetos.

A partir das especificidades do programa, os atores (licenciandos, supervisores e coordenadores) buscam criar ações a serem implementadas no âmbito da escola que contemple, antes de tudo, a construção da identidade do professor em formação inicial e sua entrada intervencionista crítica e reflexiva da conjuntura atual do sistema educacional público.

As intervenções do *Projeto Salto*, implementadas no Centro de Ensino Médio 01 da cidade de São Sebastião, região periférica do Distrito Federal, baseiam-se no aperfeiçoamento dos conhecimentos de Língua Portuguesa dos alunos, são elas: (i) Oficina de Leitura e Produção de Textos: tem o objetivo de incentivar os alunos a aperfeiçoar os conteúdos apreendidos em sala de aula, com o fim de prepará-los para os exames vindouros, sendo o ENEM<sup>6</sup> um dos principais. São oficinas interativas de Língua Portuguesa voltadas à prática de leitura e escrita. O conteúdo a ser ministrado partirá da produção de textos dos alunos, por entendermos que dúvidas a respeito de questões linguísticas surgirão ao longo da produção; (ii) Monitoria de Língua Portuguesa aplicada ao Texto: visa assessorar os alunos que encontrem necessidade de aprofundar o conteúdo ministrado em sala, auxiliando-os na execução das atividades propostas pelos professores de Língua Portuguesa. Visa também atender os discentes em questões de outras disciplinas (Matemática, Física,

Química, Biologia, Sociologia, Filosofia, Artes, Geografia, História), em que a dificuldade central seja a compreensão/interpretação das sentenças e enunciados. São realizadas semanalmente no horário contrário ao das turmas, de acordo com a disponibilidade de horário das pibidianas, a oferta de atividades de reforço ao aluno tem a finalidade de superar problemas de baixo rendimento escolar, evasão e falta de motivação, caracterizando-se como uma proposta de acompanhamento e tratamento mais pessoal aos alunos em suas dificuldades de aprendizagem.; e (iii) Saída de Campo: esta ação visa, por meio da saída dos limites da escola, desencadear discussões sobre o ato educativo em uma perspectiva interdisciplinar, fazendo o diálogo entre a educação, a linguagem e os demais campos (sociologia, psicologia, meio ambiente, ética, arte, cultura, história, dentre outros). Visa aguçar o olhar crítico dos participantes para que, ao transferir os conhecimentos adquiridos para fora do ambiente escolar, criem propostas e soluções para problemas de diferentes naturezas na comunidade da qual fazem parte.

No Centro de Ensino Médio Paulo Freire, da cidade de Brasília, bairro nobre Asa Norte, são implementadas ações de cunho preparativo para exames, a maior motivação do projeto didático pedagógico do grupo *Olhares que se cruzam* são a melhor preparação para exames como o Vestibular, PAS<sup>7</sup>, ENEM, e outros. Suas principais

---

<sup>6</sup> Exame Nacional do Ensino Médio. Exame necessário para a conclusão e usado por várias instituições como forma de ingresso à Universidade.

---

<sup>7</sup> Programa de Avaliação Seriado, exame realizado durante os três anos do Ensino Médio usado como seleção para Universidade de Brasília.

ações são: (i) Fatos, imagens e ideias: visa a reconhecer e destacar notícias em evidência na mídia, elaborar comentários e divulgar tanto no mural da escola, quanto no blog da turma e na Plataforma Freire. O objetivo é desenvolver o pensamento crítico, praticar as habilidades oral e escrita dos estudantes, auxiliar em questões de atualidades (presentes em concursos e vestibulares) e aperfeiçoar a capacidade argumentativa dos alunos; (ii) Poesia e teatro: tem o objetivo de identificar e promover a associação entre poesia, artes cênicas e artes plásticas. Possui a missão de desenvolver habilidades relacionadas à criatividade, instigando a autonomia dos alunos, promover a leitura e criação de sonetos e concatenar conteúdos vinculados ao PAS e vestibulares, voltadas tanto para as artes cênicas quanto para a língua portuguesa e filosofia; (iii) Produção textual: tem a finalidade de trabalhar a produção de textos de diversos gêneros, utilizando o processo da reescrita. A criação dos alunos será divulgada tanto no mural da escola, quanto na Plataforma Freire e no blog. Visa maior valorização da leitura e escrita, trabalhando habilidades para uma melhora na escrita e na ortografia dos estudantes, também promove sensibilidade crítica em relação à criação de argumentos e dar base para o PAS e Vestibulares.

## CONCLUSÃO

O PIBID, entendido hoje como um programa de ação, foi idealizado a partir de esforços organizados e pactuados para atender às demandas na formação inicial e continuada dos

professores da Rede Pública de ensino, ultrapassando aspectos da iniciativa privada, individuais ou da espontaneidade, pelo contrário, advém de necessidades coletivas que carecem de provimento, propondo ações regidas por princípios de igualdade, segurança, equidade e mobilidade social. Enquanto programa social, o PIBID requer participação ativa do Estado, controle da sociedade, planejamento contextualizado e execução eficaz de procedimentos e metas firmadas, que visem a satisfação de necessidades sociais (PEREIRA, 2009).

Concluimos a partir das análises aqui demonstradas que do ponto de vista da efetividade, a participação no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação a Docência pela Subprograma de Letras da Universidade de Brasília já está consolidada, pois as ações foram idealizadas a parte das necessidades das diferentes comunidades escolares e contemplam as identidades dos grupos de pibidianos formados. Pontuamos aqui a importância da acomodação realista das ações propositadas pelo grupo em acordo com as indigências dos alunos e a expectativa dos corpos docente e discente da instituição de ensino que os acolhe.

Quanto a eficácia, estabelecendo uma equação entre as metas anunciadas pelo Programa e a implementação das ações, também podemos avaliar positivamente a contribuição dos grupos nas escolas. Avaliamos que as ações implementadas concordam com as propostas do Edital 2014/2015, o que possibilita maior alcance de resultados satisfatórios que correspondam aos objetivos gerais do Programa.

Apesar de nossos esforços, tal pesquisa finaliza em recomendar avaliações seriadas e contínuas dos resultados da prática docente dos pibidianos, visto que quanto a eficiência da implementação dessas ações, ainda não podem ser contemplados resultados objetivos.

Importante pontuar que tal análise, não constitui-se apenas em uma categoria analítica do ponto de vista do pesquisador, mas também dos atores da ação. A avaliação que aqui se inscreve caracteriza-se não só por um constructo de pesquisa, mas também do olhar de autoria da práxis do programa, tal análise depende necessariamente de posicionamento, racionalidade e auto-avaliação. A existência ou a ausência desse programa, de uma forma ou outra, constituiria-se em um desafio aos atores, principalmente dos que lidam com o processo final: os graduandos. Analisar requer ceticismo e prática requer convicção.

## REFERÊNCIAS

- PEREIRA, Potyara A. P. *Concepções e propostas de política social: tendências e perspectivas*. In Política Social: temas e questões. Capítulo 5. Pp 163-214.
- SURES, Yves. MULLER. *A Análise de Políticas Públicas*. Tradução de AgemirBavaresco e Alceu R. Ferraro. Porto Alegre, Educart, 2002, pp 1-119.
- SOUZA, Celina. *"Estado do Campo" da pesquisa em política pública no Brasil*. Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS). Vol. 18, número 51. Fevereiro 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n51>. Acesso 6 de agosto. 2014.
- BELLONI, Isaura. Metodologia da avaliação em políticas sociais. Edição 3. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da nossa época. Vol. 75, pp. 13-35.
- ARRETCHE, Maria. Tendências no estudo sobre avaliação. In: RICO, Maria Elizabeth. Avaliação de políticas: uma questão de debate. São Paulo: Cortez Editora e IEE/PUC-SP, 1998, pp. 29-30.
- CAPES. Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica (DEP). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/images/stories/download/bolsas/2562014-relatorio-DEB-2013-web.pdf> . Acesso em 4 set. 2014.
- CAPES. [PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência](http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid). Disponível em: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>. Acesso em: 4. Set. 2014.
- R7 EDUCAÇÃO. *Resumo da história da República Brasileira*. Disponível em: <http://www.brasilecola.com/historiab/brasil-republica2.htm>. Acesso em: 4 set. 2014.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Notas Técnicas PNE*. Disponível em: [http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas\\_tecnicas\\_pne\\_2011\\_2020.pdf](http://fne.mec.gov.br/images/pdf/notas_tecnicas_pne_2011_2020.pdf). Acesso em: 4 set. 2014.
- GRUPO META. *Observatório do PNE acompanha metas educacionais para a próxima década*. <http://www.todospelaeducacao.org.br/sala-de-imprensa/releases/28899/observatorio-do-pne-acompanha-metas-educacionais-para-a-proxima-decada>. Acesso em: 4 set. 2014.
- BRASIL. Portal do Brasil. *Avaliação do PNE 2000- 2008*. Disponível em: [http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=376&Itemid=262](http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=376&Itemid=262). Acesso em: 4 set. 2014.